

# Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

Informações Contábeis Intermediárias

Referentes aos Períodos de Três e Nove Meses findos  
em 30 de Setembro de 2013 e

Relatório sobre a Revisão de Informações  
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	3
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012 .....	9
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012 .....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	14
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	15
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	16
1.1. Medida Provisória 579/2012 e Lei 12.783/2013 .....	16
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	16
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	17
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	17
4.1. Fatores de risco financeiro .....	17
4.1.1. Análise da sensibilidade.....	17
4.2. Gestão de capital .....	18
4.3. Estimativa do valor justo.....	18
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	18
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	19
7. CLIENTES.....	19
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER .....	20
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado .....	20
8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social .....	21
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	21
10. IMOBILIZADO .....	22
10.1. Custo atribuído no ativo imobilizado.....	23
10.2. Taxas de depreciação.....	24
10.3. Bens vinculados à concessão .....	24
10.4. Contratos de Concessão .....	24
10.5. Contratos de Concessão .....	24
10.6. Expansão 15%.....	25
11. INTANGÍVEL .....	25
12. FORNECEDORES.....	26
13. PARTES RELACIONADAS .....	26
13.1. Transações e saldos.....	26
13.2. Contrato de desenvolvimento de projetos .....	26
13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração .....	27
14. DEBÊNTURES .....	27
14.1. Composição e vencimento.....	27
14.2. Movimentação.....	28
15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA .....	28
16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA .....	29
17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS .....	29
17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais .....	29
17.2. Contingências possíveis .....	30
18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS.....	31
19. ENCARGOS SETORIAIS .....	31
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	31
20.1. Capital Social .....	31
20.2. Reservas de Capital.....	32
20.3. Reservas de Lucros .....	32
20.4. Lucros acumulados .....	32
20.5. Ajustes de avaliação patrimonial.....	33
21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	33
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	34
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE .....	35
23.1. Energia elétrica vendida.....	35
23.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	36
23.3. Encargos de uso da rede elétrica .....	36
24. RESULTADO FINANCEIRO.....	37
25. LUCRO POR AÇÃO .....	37
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	38
27. SEGUROS.....	38
28. EVENTO SUBSEQUENTE .....	38
28.1. Dividendos .....	38
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	39

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## **Ênfase**

Conforme descrito nas notas explicativas 2.10 e 3.1.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 e válidas para essas Informações Trimestrais - ITR, os bens do ativo imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de outubro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian  
Contadora  
CRC nº 1 SP 121517/O-3

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**  
**PERÍODOS DE 1º DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3T2012	3T2013	% Variação
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	299.526	348.714	16,4
(-) Deduções à receita operacional	(28.561)	(35.219)	23,3
Receita operacional líquida	270.965	313.495	15,7
(-) Despesas operacionais	(135.916)	(113.117)	-16,8
Resultado do serviço	135.049	200.378	48,4
Ebitda	190.688	254.750	33,6
<i>Margem Ebitda - %</i>	<i>70,4%</i>	<i>81,3%</i>	15,5
Resultado financeiro	(36.460)	(25.614)	-29,7
Resultado operacional	98.589	174.764	77,3
Lucro líquido do período	64.968	115.618	78,0
<i>Margem líquida - %</i>	<i>24,0%</i>	<i>36,9%</i>	53,8
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.265.752	4.488.441	5,2
Dívidas em moeda nacional	922.544	1.073.937	16,4
Patrimônio líquido	2.768.252	2.745.488	-0,8
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	0,0
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	687,98	1.224,33	78,0

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de R\$ 49.188 ou 16,4%, no trimestre em comparação ao mesmo período do ano anterior, esse desempenho reflete os melhores preços negociados no período em comparação ao mesmo período do ano anterior.

#### Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional apresentaram aumento de R\$ 6.658 ou 23,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do crescimento do PIS e Cofins resultado do aumento da receita bruta e, devido ao aumento da venda de energia fora do Estado de São Paulo, em decorrência da alíquota do ICMS.

#### Receita operacional líquida

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 313.495 no trimestre, 15,7% superior ao mesmo período do ano anterior.

**Despesas Operacionais**

	3T2012	3T2013	% Variação
Depreciação e amortização	(55.639)	(54.372)	-2,3
Encargos de uso da rede elétrica	(20.832)	(20.634)	-1,0
Pessoal	(16.582)	(18.763)	13,2
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(16.352)	(16.580)	1,4
Serviços de terceiros	(11.036)	(10.183)	-7,7
Outras	(2.878)	(1.927)	-33,0
Material	(1.073)	(1.362)	26,9
Seguros	(945)	(1.107)	17,1
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.118)	(1.048)	-6,3
Aluguéis	(871)	(940)	7,9
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(722)	(385)	-46,7
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(1.921)	(260)	-86,5
Energia comprada para revenda e encargos de serviço do sistema	(5.947)	14.444	-342,9
	<b>(135.916)</b>	<b>(113.117)</b>	<b>-16,8</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 113.117 no trimestre, 16,8% inferior aos R\$ 135.916 registrados no mesmo período do ano anterior.

A seguir, os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Energia elétrica comprada para revenda e encargos de serviços do sistema – Redução de R\$ 20.391 ou 342,9%, no período referente, principalmente, à reversão da provisão de rateio de encargos em função do despacho das térmicas;
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais – A redução de R\$ 1.661 ou 86,5%, com relação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente pela provisão constituída no terceiro trimestre de 2012 no montante de R\$ 1.351 referente à Cide e IRRF,
- Outras – A redução de R\$ 951 ou 33,0% com relação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente às baixas de ativo realizadas no 3º trimestre de 2012;
- Serviços de terceiros – A redução de R\$ 853 ou 7,7%, deve-se, principalmente à despesas com assessoria financeira e a pequenas reformas no escritório de São Paulo no mesmo período do ano anterior, não necessárias no ano corrente, e à redução na tomada serviços técnicos e;
- Pessoal – Aumento de R\$ 2.181 ou 13,2% entre os períodos se deve, principalmente ao aumento do número de funcionários e a reajuste salarial.

## Ebitda e margem Ebitda

	3T2012	3T2013	% Variação
Lucro líquido do período	64.968	115.618	78,0
Imposto de renda e contribuição social	33.621	59.146	75,9
Resultado financeiro (líquido)	36.460	25.614	-29,7
Depreciação e amortização	55.639	54.372	-2,3
<b>Ebitda</b>	<b>190.688</b>	<b>254.750</b>	<b>33,6</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>70,4%</i>	<i>81,3%</i>	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebitda não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebitda da Companhia apresentou crescimento de 33,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência da aumento na receita operacional líquida e dos menores montantes em despesas operacionais em rubricas como a energia comprada e provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais.

## Resultado financeiro

	3T2012	3T2013	% Variação
Receitas financeiras	10.144	11.862	16,9
Despesas financeiras	(46.604)	(37.476)	-19,6
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(36.460)</b>	<b>(25.614)</b>	<b>-29,7</b>

O resultado financeiro líquido diminuiu em R\$ 10.846 ou 29,7% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Houve aumento nas receitas financeiras de 16,9%, principalmente em razão do maior volume médio aplicado no período e decréscimo de 19,6% nas despesas financeiras, principalmente, pela queda do Índice Geral de Preços (IGP-M) no trimestre, de 1,54% ante 3,62% do mesmo período do ano anterior. O IGP-M remunera aproximadamente 38,5% da dívida da Companhia.

## Debêntures

Perfil da dívida	Série	Moeda	Remuneração	Vencimento	3T2012	3T2013
Debêntures	1ª emissão	Série 1	Reais	Variação CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	62.029
Debêntures	1ª emissão	Série 2	Reais	Variação IPCA + 11,60 % a.a.	15/09/2015	112.329
Debêntures	2ª emissão	Série única	Reais	Variação IGP-M + 8,59% a.a.	16/07/2015	596.037
Debêntures	3ª emissão	Série única	Reais	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	152.149
Debêntures	4ª emissão	Série 1	Reais	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	-
Debêntures	4ª emissão	Série 1	Reais	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	-
						<b>922.544</b>
						<b>1.073.937</b>

O montante de debêntures da Companhia no trimestre é de R\$ 1.073.937, superior em 16,4% em comparação aos R\$ 922.544 do mesmo período do ano anterior, essa variação é resultado da 4ª emissão de debêntures no montante de R\$ 500.000, compensada pela liquidação antecipada do saldo referente à 1ª série da 1ª emissão e demais pagamentos realizados.

### Dívida financeira líquida

A dívida financeira líquida, representada por debêntures deduzidas dos recursos em caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 469.786, 31,9% inferior aos R\$ 689.785 do mesmo período no ano anterior, em decorrência, principalmente, da 4ª emissão de debêntures.

	3T2012	3T2013	% Variação
Debêntures	922.544	1.073.937	16,4
Caixa	(232.759)	(604.151)	159,6
<b>Dívida líquida</b>	<b>689.785</b>	<b>469.786</b>	<b>-31,9</b>

### Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no terceiro trimestre de 2013, lucro líquido de R\$ 115.618, resultado superior em 78,0% aos R\$ 64.968 registrados no mesmo período do ano anterior.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	604.151	169.552
Clientes	7	137.951	116.369
Tributos a recuperar	8	3.877	22.735
Serviços em curso		12.622	8.414
Despesas antecipadas		1.512	363
Devedores diversos		1.430	64
Partes relacionadas	13	363	391
Outros ativos		1.477	97
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>763.383</b>	<b>317.985</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Clientes	7	1.704	-
Tributos a recuperar	8	318	318
Depósitos judiciais	9	12.181	11.998
Fundos vinculados		518	475
Despesas antecipadas		3.926	4.123
		<b>18.647</b>	<b>16.914</b>
Investimentos		26	26
Imobilizado	10	3.673.420	3.804.779
Intangível	11	32.965	34.667
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.725.058</b>	<b>3.856.386</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.488.441</b>	<b>4.174.371</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	14.721	49.796
Salários e encargos sociais		9.616	13.638
Debêntures	14	221.202	346.139
Tributos a recolher	8	141.869	22.200
Dividendos e juros sobre capital próprio	20.4	1.189	158.926
Obrigações estimadas		9.366	5.901
Cibacap	15	1.110	2.278
Encargos setoriais	19	24.559	24.209
Outros passivos		304	298
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>423.936</b>	<b>623.385</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	852.735	604.024
Receitas Diferidas		8.318	5.310
Obrigações especiais	18	6.809	6.915
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	18.594	17.804
Cibacap	15	7.984	7.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	409.555	431.762
TUSDg - Encargo de Uso da Rede	12	4.362	3.469
Encargos setoriais	19	10.335	6.455
Outros passivos		325	325
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.319.017</b>	<b>1.083.432</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	1.339.138	1.339.138
Reservas de capital	20.2	99.512	99.432
Reserva de lucros	20.3	91.333	90.211
Lucros acumulados	20.4	326.750	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	888.755	938.773
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.745.488</b>	<b>2.467.554</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.488.441</b>	<b>4.174.371</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>313.495</b>	<b>875.466</b>	<b>270.965</b>	<b>834.006</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Pessoal		(18.763)	(52.166)	(16.582)	(47.026)
Material		(1.362)	(3.227)	(1.073)	(2.786)
Serviços de terceiros		(10.183)	(28.147)	(11.036)	(29.889)
Taxa de fiscalização da Aneel		(1.048)	(3.143)	(1.118)	(3.356)
Energia comprada para revenda	23.2	14.444	(16.969)	(5.947)	(14.146)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(20.634)	(57.413)	(20.832)	(61.907)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(16.580)	(43.809)	(16.352)	(44.452)
Depreciação e amortização	10 e 11	(54.372)	(163.177)	(55.639)	(167.199)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	17	(260)	(3.519)	(1.921)	(1.857)
(Provisão)/reversão para crédito de liquidação duvidosa		(385)	2.004	(722)	3.888
Aluguéis		(940)	(2.715)	(871)	(2.615)
Seguros		(1.107)	(3.297)	(945)	(2.778)
Outras		(1.927)	(5.496)	(2.878)	(6.765)
	22	<b>(113.117)</b>	<b>(381.074)</b>	<b>(135.916)</b>	<b>(380.888)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>200.378</b>	<b>494.392</b>	<b>135.049</b>	<b>453.118</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas		11.862	22.519	10.144	35.875
Despesas		(37.476)	(99.129)	(46.604)	(116.237)
	24	<b>(25.614)</b>	<b>(76.610)</b>	<b>(36.460)</b>	<b>(80.362)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>174.764</b>	<b>417.782</b>	<b>98.589</b>	<b>372.756</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(67.897)	(163.835)	(43.106)	(148.289)
Diferido		8.751	22.785	9.485	22.125
	8.2	<b>(59.146)</b>	<b>(141.050)</b>	<b>(33.621)</b>	<b>(126.164)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>115.618</b>	<b>276.732</b>	<b>64.968</b>	<b>246.592</b>
<b>Atribuível a</b>					
Básico / diluído por ação PN	25	1,22433	2,93044	0,68797	2,61128
Básico / diluído por ação ON	25	1,22433	2,93044	0,68797	2,61128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>115.618</b>	<b>276.732</b>	<b>64.968</b>	<b>246.592</b>
Ganhos/(perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido	548	1.699	(1.881)	(5.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos/(perdas) atuariais	(186)	(577)	639	1.909
	<b>362</b>	<b>1.122</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(3.706)</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>115.980</b>	<b>277.854</b>	<b>63.726</b>	<b>242.886</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012**  
 (Em milhares de reais)

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	276.732	246.592
<b>Ajustes em:</b>		
Depreciação e amortização	163.178	167.199
Baixas do ativo imobilizado / intangível	421	1.903
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.785)	(22.125)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	(2.004)	(3.888)
Provisão de juros sobre debêntures	68.035	70.380
Variação monetária sobre debêntures	22.557	39.716
Provisões/(reversões) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	3.498	1.857
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	230	673
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(584)	(624)
Pagamento baseado em ações	80	102
<b>Variações no capital circulante</b>		
Clientes	(21.282)	867
Devedores diversos	(1.366)	(984)
Partes relacionadas	28	438
Depósitos judiciais	401	(96)
Serviços em curso	(4.208)	(3.526)
Fundos vinculados	(43)	(41)
Despesas antecipadas	(952)	(784)
Fornecedores	(34.182)	(747)
Salários e encargos sociais	(4.022)	(711)
Impostos, taxas e contribuições	178.545	144.265
Obrigações estimadas	3.465	2.975
Receita diferida	3.008	4.295
Cibacap	(552)	(1.793)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(2.938)	(1.648)
Outras variações ativas e passivas	3.978	160
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>629.238</b>	<b>644.455</b>
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(147.598)	(86.362)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.561)	(116.441)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>455.079</b>	<b>441.652</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado	(30.139)	(9.483)
Adições no ativo intangível	(505)	(686)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(30.644)</b>	<b>(10.169)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Valor recebido pela emissão de debêntures	501.000	150.000
Pagamento de debêntures	(320.220)	(62.440)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(170.616)	(196.655)
Redução de capital	-	(300.000)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>10.164</b>	<b>(409.095)</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>434.599</b>	<b>22.388</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	169.552	210.371
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	604.151	232.759

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia	963.486	919.924
Receita relativas à construção de ativos próprios	30.139	9.483
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.004	3.888
	<b>995.629</b>	<b>933.295</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia comprada e encargos de uso da rede	(74.382)	(76.053)
Materiais e serviços de terceiros	(31.374)	(32.675)
Construção de ativos próprios	(30.139)	(9.483)
Outros custos operacionais	(11.132)	(10.342)
	<b>(147.027)</b>	<b>(128.553)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>848.602</b>	<b>804.742</b>
Depreciação e amortização	(163.177)	(167.199)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>685.425</b>	<b>637.543</b>
Aluguéis	45	42
Receitas financeiras	22.519	35.875
Outras	13.588	-
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>36.152</b>	<b>35.917</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>721.577</b>	<b>673.460</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	26.806	24.153
Benefícios	5.658	5.338
FGTS	2.739	2.460
Provisão para gratificação (bônus)	5.054	4.825
Participação nos resultados	3.186	2.525
Encargos sociais (exceto INSS)	2.410	2.137
	<b>45.853</b>	<b>41.438</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	285.046	262.701
Estaduais	11.999	3.778
Municipais	104	99
	<b>297.149</b>	<b>266.578</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Aluguéis	2.715	2.615
Juros sobre debêntures	68.035	70.380
Variação monetária sobre debêntures	22.557	39.716
Outras despesas financeiras	8.536	6.141
	<b>101.843</b>	<b>118.852</b>
<b>Outros</b>		
Lucros retidos	276.732	246.592
	<b>276.732</b>	<b>246.592</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>721.577</b>	<b>673.460</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE SETEMBRO DE 2013**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de outubro de 2013.

**1.1. Medida Provisória 579/2012 e Lei 12.783/2013**

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal promulgou a Medida Provisória nº 579, convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária, permitindo às companhias com concessões vincendas entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar a renovação dos contratos mediante condições específicas.

As concessões alcançadas pelo art. 1º da MP 579, posteriormente convertida na Lei 12.783, correspondem a concessões de serviços públicos, outorgadas anteriormente a 14 de fevereiro de 1995. As concessões da Companhia são de uso de bem público, outorgadas posteriormente a 14 de fevereiro de 1995, portanto fora da abrangência da legislação ora citada.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.



A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.18 daquelas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos e interpretações de CPC/IFRS vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013 e concluiu que não impactam significativamente suas demonstrações financeiras.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 daquelas demonstrações financeiras.

### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia declara que as informações sobre fatores de risco financeiro descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 4.1.1 a 4.1.7 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade, descrita a seguir:

##### 4.1.1. Análise da sensibilidade

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2013 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros dois cenários, com variações de risco de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			30/09/2013	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
<b>Debêntures</b>	<b>Emissão</b>							
IGP-M	2ª	IGP-M	(413.995)	(49.071)	(55.825)	(62.579)	(69.333)	(76.088)
CDI	3ª	CDI	(152.581)	(9.193)	(12.912)	(16.631)	(20.350)	(24.070)
CDI	4ª S1	CDI	(253.984)	(14.033)	(20.223)	(26.414)	(32.605)	(38.796)
IPCA	4ª S2	IPCA	(253.377)	(23.639)	(27.769)	(31.899)	(36.029)	(40.158)
			<b>(1.073.937)</b>	<b>(95.936)</b>	<b>(116.729)</b>	<b>(137.523)</b>	<b>(158.317)</b>	<b>(179.112)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		CDI	604.151	29.453	44.179	58.905	73.631	88.358
<b>Total da Exposição Líquida</b>			<b>(469.786)</b>	<b>(66.484)</b>	<b>(72.550)</b>	<b>(78.618)</b>	<b>(84.686)</b>	<b>(90.754)</b>

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IGP-M	3,26%	4,89%	6,53%	8,16%	9,79%
IPCA	3,26%	4,89%	6,52%	8,15%	9,78%
CDI	4,88%	7,31%	9,75%	12,19%	14,63%

#### 4.2. Gestão de capital

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Debêntures	1.073.937	950.163
Caixa e equivalentes de caixa	(604.151)	(169.552)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>469.786</b>	<b>780.611</b>
Patrimônio líquido	2.745.488	2.467.554
<b>Total do capital</b>	<b><u>3.215.274</u></b>	<b><u>3.248.165</u></b>
<b>Índice de alavancagem financeira (%)*</b>	<b>14,6</b>	<b>24,0</b>

\*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de Gestão de Capital decorrem da movimentação normal do presente do período.

#### 4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia declara que as informações sobre estimativa do valor justo descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 4.3 daquelas demonstrações financeiras.

### 5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (vide Notas 6 e 7):

		<b>Ativos financeiros</b>	
<u>Standard &amp; Poor's</u>	<u>Moody's</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A-3	BR-1	276.283	126.977
A-2	BR-1	262.718	39.202
A-2	-	65.144	3.365
-	BR-1	3	5
*	*	3	3
		<b><u>604.151</u></b>	<b><u>169.552</u></b>

\* O saldo de R\$ 3 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	5.703	493
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	598.448	164.939
Fundo renda fixa	-	4.120
	<u><b>604.151</b></u>	<u><b>169.552</b></u>

As variações do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 7. CLIENTES

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Cientes de contratos bilaterais	81.841	-	67.118	-
Cientes de contratos de leilão	29.220	1.896	48.544	-
Energia de curto prazo (MRE/PLD)	27.636	-	3.643	-
	<u><b>138.697</b></u>	<u><b>1.896</b></u>	<u><b>119.305</b></u>	<u><b>-</b></u>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(746)	(192)	(2.936)	-
	<u><b>137.951</b></u>	<u><b>1.704</b></u>	<u><b>116.369</b></u>	<u><b>-</b></u>

### Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa ("ECLD"):

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>(2.936)</b>
Reversão da ECLD	2.848
Provisão da ECLD	(850)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<u><b>(938)</b></u>

Em fevereiro de 2013, a Companhia reverteu a ECLD no montante de R\$ 2.744, em decorrência do recebimento da primeira das 60 parcelas devidas, de acordo com o plano de recuperação judicial proposto pelo cliente e aprovado em assembleia de credores em setembro de 2012, e ao longo do ano aconteceram outras constituições de ECLD e posteriormente, as respectivas reversões.

### Composição do contas a receber:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer - curto prazo	138.342	116.369
A vencer - longo prazo	1.896	-
Vencida há mais de 90 dias	355	2.936
	<u><b>140.593</b></u>	<u><b>119.305</b></u>

As variações do saldo de Clientes decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	30/09/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL	3.617	-	22.404	-
PIS e COFINS	200	-	254	-
ICMS	-	318	17	318
ISS	39	-	21	-
INSS	21	-	39	-
	<b>3.877</b>	<b>318</b>	<b>22.735</b>	<b>318</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL	130.949	-	-	-
PIS e COFINS	9.475	-	8.351	-
ICMS	1.210	-	741	-
IRRF sobre JSCP	-	-	12.879	-
Outros	235	-	229	-
	<b>141.869</b>	<b>-</b>	<b>22.200</b>	<b>-</b>
<b>Ativo de imposto diferido</b>				
Diferenças temporárias	-	(9.441)	-	(9.939)
Benefício fiscal	-	(37.687)	-	(41.194)
<b>Passivo de imposto diferido</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	456.683	-	482.895
<b>Passivo de imposto diferido (líquido)</b>	<b>-</b>	<b>409.555</b>	<b>-</b>	<b>431.762</b>

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

### 8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	30/09/2013		31/12/2012	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(194.549)	128.398	(66.151)	(62.644)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>110.857</b>	<b>(73.170)</b>	<b>37.687</b>	<b>41.194</b>

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social

	30/09/2013	30/09/2012
Amortização do ágio	(10.314)	(10.866)
Reversão da provisão	6.807	7.172
Benefício fiscal	3.507	3.694
<b>Efeito líquido no período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 - 2019	2020 - 2023	2023 em diante	Total
Realização estimada	1.169	4.334	4.002	3.695	3.299	5.576	6.317	9.295	37.687

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/09/2013		30/09/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>417.782</b>	<b>417.782</b>	<b>372.756</b>	<b>372.756</b>
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>104.446</b>	<b>37.600</b>	<b>93.189</b>	<b>33.548</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>				
Amortização encargo credor inflacionário	(1.659)	56	(1.677)	56
Reversão/(provisão) de PCLD	(548)	(197)	(1.613)	(581)
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/2002)	(2.579)	(928)	(2.716)	(978)
Despesas indedutíveis	915	190	1.300	393
Lei Rouanet e Fundo da Criança	(480)	-	(636)	-
Ajustes decorrentes do RTT	19.718	7.099	20.752	7.471
Diferenças temporárias no resultado	(16.754)	(6.031)	(16.268)	(5.857)
Outros	138	65	(173)	(46)
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>103.196</b>	<b>37.854</b>	<b>92.158</b>	<b>34.006</b>
IRPJ e CSLL corrente com efeito no resultado	119.950	43.885	108.426	39.863
IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado	(16.754)	(6.031)	(16.268)	(5.857)
	<b>103.196</b>	<b>37.854</b>	<b>92.158</b>	<b>34.006</b>
<b>Alíquota efetiva do IRPJ e CSLL</b>	<b>24,70%</b>	<b>9,06%</b>	<b>24,72%</b>	<b>9,12%</b>

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2013	31/12/2012
Ambiental	4.556	3.846
Fiscal:		
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.133	1.206
Multa de mora sobre IRRF, IRPJ e CSLL	101	851
Multa de mora sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF	6.391	6.095
Total fiscal	7.625	8.152
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>12.181</b>	<b>11.998</b>

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para riscos prováveis e todos são atualizados monetariamente (vide Nota 17).

A Companhia declara que as informações sobre depósitos judiciais descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem as mesmas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 9.

## 10. IMOBILIZADO

### a) Composição

			30/09/2013	31/12/2012	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.445.864	(732.933)	2.712.931	2.827.376	3,4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	466.467	(137.691)	328.776	339.977	2,4%
Máquinas e equipamentos	778.071	(207.770)	570.301	600.719	4,2%
Veículos	5.505	(2.685)	2.820	2.936	12,1%
Móveis e utensílios	1.764	(1.325)	439	580	10,3%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	-
	<b>4.707.993</b>	<b>(1.082.404)</b>	<b>3.625.589</b>	<b>3.781.910</b>	
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	1.434	-	1.434	506	
Edificações, obras civis e benfeitorias	636	-	636	331	
Máquinas e equipamentos	40.457	-	40.457	17.143	
Móveis e utensílios	705	-	705	549	
	<b>43.232</b>	<b>-</b>	<b>43.232</b>	<b>18.529</b>	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.249	
Veículos	350	-	350	91	
	<b>4.755.824</b>	<b>(1.082.404)</b>	<b>3.673.420</b>	<b>3.804.779</b>	
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.942)	320	(6.622)	(6.680)	
	<b>4.748.882</b>	<b>(1.082.084)</b>	<b>3.666.798</b>	<b>3.798.099</b>	

### b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2012	Adições	Deprec.	Baixas	Reclass. e transf.	Valor líquido em 30/09/2013
Terrenos	215.246	-	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	2.827.882	928	(116.096)	-	1.651	2.714.365
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.308	856	(11.201)	-	(551)	329.412
Máquinas e equipamentos	617.862	26.757	(32.967)	(215)	(679)	610.758
Veículos	3.027	1.004	(633)	(200)	(28)	3.170
Móveis e utensílios	1.129	594	(180)	(6)	(393)	1.144
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>3.804.779</b>	<b>30.139</b>	<b>(161.077)</b>	<b>(421)</b>	<b>-</b>	<b>3.673.420</b>
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(6.680)	-	58	-	-	(6.622)
	<b>3.798.099</b>	<b>30.139</b>	<b>(161.019)</b>	<b>(421)</b>	<b>-</b>	<b>3.666.798</b>

### 10.1. Custo atribuído no ativo imobilizado

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) e contratou uma consultoria especializada para elaboração da avaliação do Ativo Imobilizado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, método de depreciação de Ross-Heidecke, que considera o estado de conservação e a vida transcorrida da edificação para obter seu custo atribuído, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Em 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, o ativo imobilizado foi acrescido em R\$ 2.083.565 pela aplicação do custo atribuído em contrapartida de ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido. No contexto do cálculo do valor justo, a Companhia considerou os valores residuais reembolsáveis de concessão e o acréscimo do valor justo foi limitado ao valor de indenização. Desta forma, a Companhia constituiu reserva de R\$ 200.675, referente saldo residual ao final da concessão das usinas Canoas I e II.

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 30/09/2013 e 30/09/2012 foi de R\$ 75.689 e R\$ 77.400, respectivamente.

Para a avaliação dos bens móveis, utilizou-se principalmente o método da quantificação do custo. No que concerne ao método comparativo direto de dados de mercado, ele depende da natureza do ativo, da disponibilidade de informações relevantes de mercado, assim como das informações na lista de ativos fixos.

O método comparativo direto de dados de mercado baseia-se em condições e transações do mercado. Neste método, o custo atribuído é determinado através da comparação de transações recentes e ofertas de bens similares ao bem avaliado, quando disponíveis.

No método comparativo direto de dados de mercado, a depreciação física e outras obsolescências são medidas pelo próprio mercado, já que os bens são cotados no estado (usados).

Para os ativos que não possuem informações de mercado suficientes, foi considerada a utilização do método da quantificação do custo. Na análise dos avaliadores, o Custo de Reprodução ou Reposição do Bem Novo – CRN, para cada bem, foi calculado tanto na maneira direta quanto na indireta. Sob o método direto, o CRN estimado para os ativos foi alcançado utilizando-se dos preceitos de Greenfield que, neste contexto, indica que a estimativa de CRN considera a reposição/reprodução do bem num local não preparado para tal, ou seja, consideram-se todos os custos inerentes à instalação e operação do ativo.

Para todos os outros ativos aos quais não foi aplicado o método do custo direto, utilizou-se o método indireto. Neste método, o CRN de cada ativo ou grupo de ativos foi determinado atualizando o custo contabilizado original tendo em conta as idades e tipos de cada ativo. Esses custos geralmente incluem o custo-base do ativo e quaisquer custos adicionais considerando sua instalação.

Devido ao fato dos ativos estarem em uso há certo tempo, é razoável assumir que seu custo atribuído é menor do que seu CRN. Portanto, devem-se considerar obsolescências físicas e funcionais assim como diversos fatores econômicos que podem afetar sua utilidade e valor.

Para as contas “Barragem”, “Máquinas” e “Móveis”, aplicou-se um fator residual de 5% incidindo sobre seu valor de reposição. Para a conta de veículos, o fator atribuído foi de 10%. Vale lembrar que no caso de veículos avaliados a valor de mercado, não há necessidade de utilização de fator residual.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico.

## 10.2. Taxas de depreciação

A Companhia calcula sua depreciação pelo método linear, por componente, cuja taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens de acordo com estabelecido pelo órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

## 10.3. Bens vinculados à concessão

De acordo com os contratos de concessão 76/1999 e 183/1998, é vedada à Companhia alienar ou ceder a qualquer título os bens e instalações considerados servíveis à concessão sem a prévia e expressa autorização da Aneel. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Encontra-se pendente na Aneel a definição sobre a audiência pública nº 39/2010, que trata da revisão da resolução supra mencionada.

## 10.4. Contratos de Concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de utilização de bem público - UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR, para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de janeiro de 2000, através da Resolução Aneel 14/2000, homologou o 6º Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio Canoas, tendo como partes a Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA. Tal contrato prevê que 50,3% refere-se à quota de participação da CBA e os 49,7% restantes pertencem à Companhia. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

## 10.5. Contratos de Concessão

					Concessões em 30/09/2013			
Contrato de Concessão	Usina	Tipo	UF	Rio	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	172,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	330,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	200,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	176,0	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033
					<b>2.241,3</b>	<b>1.085,6</b>		

Em 27 de dezembro de 2012 foi publicada portaria do MME nº 184/2012, que prevê a redução de 1,4 (MW médio) no total de garantia física da Companhia, alterando o valor referente a UHE – Taquaruçu de 201 MW médios para 200,6 MW médios e referente a UHE - Rosana de 177 MW médios para 176 MW médios. Estas reduções foram motivadas por um processo de revisão extraordinária da garantia física, previsto na portaria do MME nº 861/2010, e estão sendo objeto de discussão na esfera administrativa no sentido de revertê-las.



A íntegra das informações sobre Contratos de Concessão está descrita na nota explicativa 10.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 10.6. Expansão 15%

A Companhia informa que a Ação de Obrigação de Fazer movida pelo Estado de São Paulo referente à expansão de 15% da sua capacidade instalada tramita em segredo de justiça.

## 11. INTANGÍVEL

O saldo em 30 de setembro de 2013 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem e pela UBP.

### a) Composição

	30/09/2013		31/12/2012		Taxa média anual de amortização
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.494	(23.425)	30.069	31.447	3%
Software	21.838	(20.121)	1.717	1.729	11%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	<b>75.407</b>	<b>(43.546)</b>	<b>31.861</b>	<b>33.251</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	1.104	-	1.104	1.416	
	<b>76.511</b>	<b>(43.546)</b>	<b>32.965</b>	<b>34.667</b>	
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(320)	133	(187)	(235)	
	<b>76.191</b>	<b>(43.413)</b>	<b>32.778</b>	<b>34.432</b>	

### b) Movimentação intangível

	Valor líquido em 31/12/2012	Adições	Amortiz.	Valor líquido em 30/09/2013
UBP	31.447	-	(1.378)	30.069
Software	3.145	505	(829)	2.821
Servidão de passagem	75	-	-	75
	<b>34.667</b>	<b>505</b>	<b>(2.207)</b>	<b>32.965</b>
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão (vide Nota 18)	(235)	-	48	(187)
	<b>34.432</b>	<b>505</b>	<b>(2.159)</b>	<b>32.778</b>

## 12. FORNECEDORES

	30/09/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	373	-	36.236	-
Materiais e serviços contratados	5.502	-	4.609	-
Tusd-g	789	4.362	1.321	3.469
Encargos de uso da rede elétrica				
Tust	8.020	-	7.614	-
Encargos de conexão	37	-	16	-
	<b>14.721</b>	<b>4.362</b>	<b>49.796</b>	<b>3.469</b>

A rubrica de suprimento de energia elétrica refere-se ao processo de compra de energia no mercado de curto prazo - PLD, no âmbito da CCEE.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante.

As variações do saldo de Fornecedores decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 13. PARTES RELACIONADAS

### 13.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com as empresas ligadas DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda (“DEB”) e com a Duke Energy International, Brasil Ltda (“Duke Brasil”). Os valores estimados destes contratos para o ano de 2013 foram de R\$ 3.225 e de R\$ 836, respectivamente. O saldo a receber de partes relacionadas em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 363 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2012), sendo que, deste montante, R\$ 24 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a pequenas despesas reembolsadas.

Na medida em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Brasil fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 167.254 (R\$ 115.489 em 31 de dezembro de 2012). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

### 13.2. Contrato de desenvolvimento de projetos

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada, em AGE, a assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Projetos (“Contrato”), tendo como contraparte empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, denominada Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”), acionista controladora da Companhia, que tem por objeto a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações. O objetivo do Contrato é estabelecer: (a) as diretrizes gerais e a forma de execução da cooperação entre a Duke Brasil e a Companhia para o desenvolvimento dos projetos com o suporte da Companhia.

A celebração de tais instrumentos pela Companhia entre as empresas do grupo, Duke Brasil e Duke Commercial, estão de acordo com os termos da Resolução Normativa da Aneel nº 334/2008 e com as Políticas Internas da Companhia.

A íntegra das informações sobre Contrato de Desenvolvimento de Projetos está descrita na nota explicativa 13.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

### 13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.489	4.201	1.552	4.526
Benefícios pós-emprego	46	125	49	136
	<b>1.535</b>	<b>4.326</b>	<b>1.601</b>	<b>4.662</b>
Remuneração baseada em ações (vide Nota 20.6)	-	80	-	102
	<b>1.535</b>	<b>4.406</b>	<b>1.601</b>	<b>4.764</b>

As variações do saldo de Remuneração do Pessoal-Chave da Administração decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 13.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 14. DEBÊNTURES

### 14.1. Composição e vencimento

#### a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Circulante	Principal + Encargos em		
					<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	
					Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Emissão	Série 1	Variação CDI + 2,15% a.a.	15/09/2013	-	-	63.569	-
1ª Emissão	Série 2	Variação IPCA + 11,60 % a.a.	15/09/2015	-	-	57.212	60.410
2ª Emissão	Única	Variação IGP-M + 8,59% a.a.	16/07/2015	210.495	203.500	219.592	394.198
3ª Emissão	Única	Variação CDI + 1,15% a.a.	10/01/2017	3.019	149.562	5.766	149.416
4ª Emissão	Série 1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	4.576	249.408	-	-
4ª Emissão	Série 2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	3.112	250.265	-	-
				<b>221.202</b>	<b>852.735</b>	<b>346.139</b>	<b>604.024</b>

#### b) Vencimento a longo prazo

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	242.544
2015	202.957	211.675
2016	157.896	74.805
2017	158.091	75.000
2018	83.194	-
2021	83.404	-
2022	83.560	-
2023	83.633	-
	<b>852.735</b>	<b>604.024</b>

## 14.2. Movimentação

	1ª Emissão		2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série Única	Série Única	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	63.569	117.622	613.790	155.182	-	-	950.163
<b>Movimentação das debêntures</b>							
Captação de debêntures	-	-	-	-	251.445	251.113	502.558
Custos de transação	-	-	-	-	(779)	(779)	(1.558)
Amortização de principal	(62.440)	(91.130)	(166.650)	-	-	-	(320.220)
Apropriação juros	4.261	10.274	36.232	9.650	3.279	2.080	65.776
Apropriação de variação monetária	-	4.565	17.048	-	-	944	22.557
Amortização de custos de transação	475	543	1.037	146	39	19	2.259
Pagamento de juros	(5.865)	(13.872)	(51.728)	(12.397)	-	-	(83.862)
Pagamento de variação monetária	-	(28.002)	(35.734)	-	-	-	(63.736)
	<b>(63.569)</b>	<b>(117.622)</b>	<b>(199.795)</b>	<b>(2.601)</b>	<b>253.984</b>	<b>253.377</b>	<b>123.774</b>
Saldo em 30 de setembro de 2013	-	-	413.995	152.581	253.984	253.377	1.073.937

Conforme Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão da Companhia celebrado em 03/07/2013, em 16 de julho de 2013 a Companhia emitiu R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 4ª emissão pública de distribuição de debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados. As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de quarta emissão das debêntures são similares às constantes na escritura de primeira, segunda e terceira emissões (vide Nota 14.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012).

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da AGE da Companhia realizada em 13 de junho de 2013; (ii) da reunião do Conselho Fiscal realizada em 17 de maio de 2013, que deu parecer favorável à captação de recursos através da quarta emissão de debêntures; (iii) da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de maio de 2013.

Conforme fato relevante divulgado em 30 de agosto de 2013, em 23 de setembro de 2013 a Companhia efetuou o resgate total antecipado de todas as Debêntures da Segunda Série da 1ª Emissão, nos termos da cláusula 6.14. (“Resgate Antecipado Obrigatório”) da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da Companhia, celebrada em 2 de outubro de 2008.

As demais variações do saldo de Debêntures decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 15. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	30/09/2013	31/12/2012
Circulante	1.110	2.278
Não circulante	7.984	7.368
	<b>9.094</b>	<b>9.646</b>

As variações do saldo de Cibacap decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 16. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 30 de setembro de 2013, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide Nota 24):

### Despesa/(Receita) anual reconhecida no resultado do exercício

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
Custo do serviço corrente	675	2.025	545	1.635
Juros sobre obrigação atuarial	4.397	13.191	3.825	11.475
Rendimento esperado do ativo do plano	(4.745)	(14.235)	(5.930)	(17.790)
Contribuições dos empregados	405	1.215	(171)	(513)
	<b>732</b>	<b>2.196</b>	<b>(1.731)</b>	<b>(5.193)</b>

As variações do saldo de Plano de Pensão e Aposentadoria decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda classificados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 17 daquelas demonstrações financeiras.

### 17.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

#### Composição

			30/09/2013	31/12/2012
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	5.453	(3.361)	2.092	3.250
Fiscais	12.558	(627)	11.931	11.692
Ambientais	4.571	-	4.571	2.862
	<b>22.582</b>	<b>(3.988)</b>	<b>18.594</b>	<b>17.804</b>

**Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais**

	<u>Trabalhista</u>	<u>Fiscal</u>	<u>Ambiental</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>3.250</b>	<b>11.692</b>	<b>2.862</b>	<b>17.804</b>
<b>Contingências</b>				
Provisões no período	1.156	903	1.589	3.648
Reversões no período	(85)	-	(65)	(150)
Atualizações de contingências	-	130	203	333
Acordos / pagamentos no período	(284)	(776)	(18)	(1.078)
	<u>787</u>	<u>257</u>	<u>1.709</u>	<u>2.753</u>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Atualizações	(85)	(18)	-	(103)
(Adições)	(2.163)	-	-	(2.163)
Baixas	303	-	-	303
	<u>(1.945)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(1.963)</u>
<b>Total da movimentação no período</b>	<b>(1.158)</b>	<b>239</b>	<b>1.709</b>	<b>790</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b><u>2.092</u></b>	<b><u>11.931</u></b>	<b><u>4.571</u></b>	<b><u>18.594</u></b>

As variações do saldo de Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Ambientais prováveis decorrem da movimentação normal do presente período, sendo que os principais novos processos estão descritos a seguir:

**a) Fiscais**

Para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2013, a adição de provisão para riscos fiscais com expectativa de perda provável refere-se a:

- i. Processo administrativo nº 16349.720176/2012-22, que trata de pedidos de compensação de PIS e COFINS via PER/DCOMP não homologados a partir do ano fiscal de 2008.

**b) Ambientais**

Para o período findo em 30 de setembro de 2013, a adição de provisão para riscos ambientais com expectativa de perda provável refere-se a:

- i. Reavaliação de ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais decorrente de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no montante de R\$ 1.550 em janeiro de 2013 (R\$ 395 em 31 de dezembro de 2012).

**17.2. Contingências possíveis**

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	8.974	9.892
Fiscais	55.370	48.553
Ambientais	34.861	30.679
Regulatórias	53.491	42.225
	<u>152.696</u>	<u>131.349</u>

As variações de Contingências Possíveis decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 17.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provenientes do ativo imobilizado (vide Nota 10)		
Reserva global de reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos (ONS)	1.530	1.574
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	145	159
	<b>6.622</b>	<b>6.680</b>
Provenientes do ativo intangível (vide Nota 11)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D ( <i>Software</i> )	187	235
	<b>6.809</b>	<b>6.915</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 19. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	10.521	-	9.053	-
Taxa de fiscalização da Aneel	349	-	373	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.689	10.335	14.783	6.455
	<b>24.559</b>	<b>10.335</b>	<b>24.209</b>	<b>6.455</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1. Capital Social

Em 30 de setembro de 2013, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.339.138 (R\$ 1.339.138 em 31 de dezembro de 2012) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	<u>Posição Acionária em 30/09/2013 (Em milhares de ações)</u>					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.046	4,84	3.343	3,54
	<b>31.478</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955</b>	<b>100,00</b>	<b>94.433</b>	<b>100,00</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 20.2. Reservas de Capital

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.624	1.544
	<u>99.512</u>	<u>99.432</u>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 20.3. Reservas de Lucros

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Reserva legal	88.095	88.094
Plano de pensão	3.238	2.117
	<u>91.333</u>	<u>90.211</u>

## 20.4. Lucros acumulados

### a) Composição de lucros acumulados

<b>Composição</b>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido no período	276.732	324.648
Constituição de reserva legal	-	(16.231)
Depreciação (custo atribuído)	75.688	103.423
Baixas (custo atribuído)	97	1.208
IR/CSLL	(25.767)	(35.575)
	<u>326.750</u>	<u>377.473</u>

### b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividendos aprovados	-	83.969
Juros sobre capital próprio a pagar	118	73.879
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.071	1.078
	<u>1.189</u>	<u>158.926</u>



## 20.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Plano de pensão</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>938.773</b>	-	<b>938.773</b>
<b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>			
Depreciação	(75.688)	-	(75.688)
Baixa	(97)	-	(97)
IR/CSLL diferidos	25.767	-	25.767
	<b>(50.018)</b>	-	<b>(50.018)</b>
<b>Resultado abrangente</b>			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	1.699	1.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(577)	(577)
	-	1.122	1.122
Reclassificação para reservas de lucro - CPC 33 (R1)	-	(1.122)	(1.122)
<b>Saldo em 30/09/2013</b>	<b>888.755</b>	-	<b>888.755</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2012 a 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/09/2012</u>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>				
Contratos bilaterais	245.248	717.041	186.211	539.367
Contratos de leilões	64.549	189.714	97.381	287.988
PLD	26.023	37.774	7.008	79.782
MRE	8.812	18.957	8.912	12.787
	<b>344.632</b>	<b>963.486</b>	<b>299.512</b>	<b>919.924</b>
Outras receitas	4.082	13.632	14	42
	<b>348.714</b>	<b>977.118</b>	<b>299.526</b>	<b>919.966</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
PIS e COFINS	(28.249)	(80.935)	(24.608)	(73.935)
ICMS	(3.828)	(11.850)	(1.232)	(3.642)
P&D	(3.142)	(8.867)	(2.721)	(8.383)
	<b>(35.219)</b>	<b>(101.652)</b>	<b>(28.561)</b>	<b>(85.960)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>313.495</b>	<b>875.466</b>	<b>270.965</b>	<b>834.006</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, detalhamento dos custos e despesas operacionais por natureza:

Despesas/(receitas) operacionais	01/07/2013 a 30/09/2013			01/07/2012 a 30/09/2012
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e adm.	Total	Total
Pessoal	10.513	8.250	18.763	16.582
Material	1.308	54	1.362	1.073
Serviços de terceiros	6.298	3.885	10.183	11.036
Taxa de fiscalização da Aneel	1.048	-	1.048	1.118
Energia comprada para revenda	(14.444)	-	(14.444)	5.947
Encargos de uso da rede elétrica	20.634	-	20.634	20.832
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	16.580	-	16.580	16.352
Depreciação e amortização	53.891	481	54.372	55.639
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	158	102	260	1.921
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	385	385	722
Arrendamentos e aluguéis	-	940	940	871
Seguros	1.107	-	1.107	945
Outras	228	1.699	1.927	2.878
	<b>97.321</b>	<b>15.796</b>	<b>113.117</b>	<b>135.916</b>

Despesas/(receitas) operacionais	01/01/2013 a 30/09/2013			01/01/2012 a 30/09/2012
	Custo da energia vendida	Despesas gerais e adm.	Total	Total
Pessoal	28.294	23.872	52.166	47.026
Material	3.100	127	3.227	2.786
Serviços de terceiros	16.411	11.736	28.147	29.889
Taxa de fiscalização da Aneel	3.143	-	3.143	3.356
Energia comprada para revenda	16.969	-	16.969	14.146
Encargos de uso da rede elétrica	57.413	-	57.413	61.907
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	43.809	-	43.809	44.452
Depreciação e amortização	161.706	1.471	163.177	167.199
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	2.254	1.265	3.519	1.857
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(2.004)	(2.004)	(3.888)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	2.718	2.715	2.615
Seguros	3.297	-	3.297	2.778
Outras	773	4.723	5.496	6.765
	<b>337.166</b>	<b>43.908</b>	<b>381.074</b>	<b>380.888</b>

## 23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 23.1. Energia elétrica vendida

	01/07/2013 a 30/09/2013		01/07/2012 a 30/09/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
<b>Suprimento</b>				
Contratos bilaterais	1.572.832	245.248	1.273.732	186.211
Contratos de leilões	572.521	64.549	996.424	97.381
PLD	126.085	26.023	87.244	7.008
MRE	891.472	8.812	933.336	8.912
	<b>3.162.910</b>	<b>344.632</b>	<b>3.290.736</b>	<b>299.512</b>

  

	01/01/2013 a 30/09/2013		01/01/2012 a 30/09/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
<b>Suprimento</b>				
Contratos bilaterais	4.690.650	717.041	3.720.644	539.367
Contratos de leilões	1.714.427	189.714	2.996.021	287.988
PLD	167.939	37.774	868.492	79.782
MRE	1.925.632	18.957	1.339.727	12.787
	<b>8.498.648</b>	<b>963.486</b>	<b>8.924.884</b>	<b>919.924</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MW de Energia Assegurada contratadas/expectativa de realização de contratos pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR em 30 de setembro de 2013.

	MW (*)		
	2013	2014	2015
Energia disponível para venda	1.009	1.004	1.004
<b>ACR</b>	<b>264</b>	<b>211</b>	-
2005 (8 anos)	-	-	-
2006 (8 anos)	53	-	-
2007 (8 anos)	211	211	-
<b>ACL</b>	<b>710</b>	<b>695</b>	<b>850</b>
Contratos bilaterais com consumidores livres	710	695	850
<b>Subtotal</b>	<b>974</b>	<b>906</b>	<b>850</b>
Energia livre para contratação	35	98	154
Percentual de energia contratada	96,5%	90,2%	84,7%

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

### 23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	01/07/2013 a 30/09/2013		01/07/2012 a 30/09/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	-	-	44.160	4.022
Energia comprada - PLD (i)	7.570	(6.210)	10.317	1.925
Encargo de serviços de sistema - ESS (ii)	-	(8.234)	-	-
	<b>7.570</b>	<b>(14.444)</b>	<b>54.477</b>	<b>5.947</b>

	01/01/2013 a 30/09/2013		01/01/2012 a 30/09/2012	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia comprada - Bilateral	-	-	131.540	11.979
Energia comprada - PLD	95.220	15.264	10.317	2.131
Energia comprada - MRE	-	-	3.137	36
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	-	1.705	-	-
	<b>95.220</b>	<b>16.969</b>	<b>144.994</b>	<b>14.146</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

(i) No terceiro trimestre de 2013 ocorreu a reversão da provisão de compra de energia no mercado de curto prazo constituída no montante de (R\$ 8.060), essa reversão foi compensada pela apropriação de compra de energia no curto prazo no montante de R\$ 1.076 e pela apropriação de recontabilização de períodos anteriores no montante de R\$ 774.

(ii) Em 6 de março de 2013, a Resolução CNPE nº 3 instituiu um novo critério de rateio dos custos decorrentes do despacho das usinas térmicas. Esses custos foram rateados aos consumidores, distribuidores, geradores e comercializadores. Porém, em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve uma liminar que invalida os efeitos dos artigos 2 e 3 dessa Resolução, suspendendo o efeito da cobrança do ESS. Em função dessa liminar, a CCEE efetuou as liquidações financeiras, de abril a setembro de 2013, utilizando os critérios anteriores, ou seja, sem o efeito do ESS. Com base na opinião do assessor jurídico da APINE, a liminar suspende o pagamento e portanto o montante provisionado de R\$ 8.234 foi revertido no terceiro trimestre.

(iii) Em 2013 foi registrado montante de R\$ 1.705 (sem valor equivalente no período anterior) referente a cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, em decorrência do despacho adicional das usinas termelétricas motivado por razões energéticas. Tais valores não apresentam volume de energia correspondente e são destinados exclusivamente ao ressarcimento destes agentes de geração termelétrica, referente aos custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema interligado nacional.

As variações do saldo de energia elétrica comprada para revenda decorrem da movimentação normal do presente período, exceto pelo ESS supracitado, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa 23.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

### 23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	01/07/2013 a	01/01/2013 a	01/07/2012 a	01/01/2012 a
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
Tust	18.474	50.554	17.525	51.940
Tusd-g	2.107	6.717	3.271	9.859
Encargos de conexão	53	142	36	108
	<b>20.634</b>	<b>57.413</b>	<b>20.832</b>	<b>61.907</b>

Vide comentários adicionais na Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Receitas</b>				
Aplicações financeiras	9.964	18.469	7.204	26.313
Receitas plano de pensão (vide Nota 16)	-	-	1.731	5.193
Variações monetárias				
Depósitos judiciais - TUSD-g	692	1.844	866	2.213
Depósitos judiciais - Outros	253	686	210	711
Outras	-	-	-	-
Juros sobre RTE	-	-	-	261
Juros e descontos obtidos	953	1.520	133	1.184
	<b>11.862</b>	<b>22.519</b>	<b>10.144</b>	<b>35.875</b>
<b>Despesas</b>				
Despesas plano de pensão (vide Nota 16)	(731)	(2.184)	-	-
Juros debêntures	(24.888)	(68.035)	(23.047)	(70.380)
Variações monetárias	(9.994)	(26.426)	(23.373)	(45.005)
Debêntures	(8.411)	(22.557)	(21.585)	(39.716)
TUSD-g	(1.137)	(2.737)	(943)	(3.137)
Provisões p/ riscos fiscais, trabalh. e ambientais	(89)	(287)	(268)	(697)
Outras	(357)	(845)	(577)	(1.455)
Despesas financeiras CCEE	(410)	(436)	-	-
Outros	(1.181)	(1.181)	-	-
Outras despesas financeiras	(272)	(867)	(184)	(852)
	<b>(37.476)</b>	<b>(99.129)</b>	<b>(46.604)</b>	<b>(116.237)</b>
	<b>(25.614)</b>	<b>(76.610)</b>	<b>(36.460)</b>	<b>(80.362)</b>

## 25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2012 a 30/09/2012	01/01/2012 a 30/09/2012
<b>Numerador</b>				
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	77.079	184.488	43.312	164.395
Lucro disponível aos acionistas ordinários	38.539	92.244	21.656	82.197
	<b>115.618</b>	<b>276.732</b>	<b>64.968</b>	<b>246.592</b>
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.955	62.955	62.955	62.955
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.478	31.478	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>				
Ação preferencial	<b>1,22433</b>	<b>2,93044</b>	<b>0,68797</b>	<b>2,61128</b>
Ação ordinária	<b>1,22433</b>	<b>2,93044</b>	<b>0,68797</b>	<b>2,61128</b>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 26 daquelas demonstrações financeiras.

### Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 6)

Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

#### b) Debêntures (vide Nota 14)

	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Debêntures	1.073.937	1.268.074	950.163	1.049.724

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2013 e 2012, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações financeiras. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir tais operações.

## 27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Descrição	Cobertura em R\$ milhares	
	30/09/2013	31/12/2012
Danos Materiais e Lucros Cessantes	983.062	914.200
Responsabilidade Civil (Concessionária)	10.168	9.142

## 28. EVENTO SUBSEQUENTE

### 28.1. Dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2013, resultou aprovada a proposta da Administração da Companhia quanto à distribuição de dividendos intermediários baseados nos resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao primeiro semestre do exercício de 2013, no montante global de R\$ 186.314 (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos), a ser debitado integralmente à conta de lucro líquido do respectivo exercício, e alocado às ações preferenciais ou ordinárias à razão de R\$ 1,972965087 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii) do Artigo 5º e no Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, sendo certo ainda que o total dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária será pago até o dia 31 de dezembro de 2013 e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e efetivo crédito aos Acionistas e deverá ser necessariamente considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na Assembleia Geral Ordinária de 2014, conforme previsão estatutária e legal.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Jairo de Campos  
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone  
Membro Efetivo

Elizabeth Christina DeLaRosa  
Membro Efetivo

Maurício Lotufo Maudonnet  
Membro Efetivo

Gláucio João Agostinho  
Membro Efetivo

Paulo Nicácio Júnior  
Membro Suplente

### Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz  
Conselheiro Suplente

Bernardo Almeida Britto Garcia  
Conselheiro Suplente

### Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques  
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas  
Diretora Executiva Financeira e de  
Controles Internos e Diretora Executiva  
de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro  
Diretor Executivo de Meio Ambiente,  
Saúde e Segurança

Jairo de Campos  
Diretor Executivo de Recursos Humanos,  
Administração, Compras e Informática

---

Antônio Patrício Franco Martins  
Gerente Geral de Controladoria

Renata Mingorance Prando  
Contadora - SP-256166/O-2